



# o trabalhador do município de Lisboa

BOLETIM INFORMATIVO Nº 184 / NOVEMBRO-DEZEMBRO 2017 / WWW.STML.PT

# MANIFESTAÇÃO NACIONAL - LISBOA

## VALORIZAR O TRABALHO E OS TRABALHADORES



### 18 nov. 15 horas M. Pombal/Restauradores

Emprego  
com  
direitos

Contratação  
Colectiva

Horários

Salários

Serviços  
Públicos

#### DESTAQUES DESTE NÚMERO

- 4 Fogos florestais... Calamidade nacional!
- 6 Medicina do Trabalho da CML - uma prioridade de sempre!
- 10 Manifestação Nacional - 18 de Novembro em Lisboa
- 13 Para um futuro digno, combater a precariedade!
- 15 OE 2018: evolução sim, mas há ainda muito por cumprir
- 19 Eleições autárquicas: a grande derrota da direita
- 20 Festa de Natal do STML



## o trabalhador do município de Lisboa

BOLETIM INFORMATIVO Nº 184 / NOVEMBRO-DEZEMBRO 2017

**WWW.STML.PT**

**Director** Vítor Reis **Corpo Redactorial** Luís Dias, Paula Correia, Paula Lourenço, Ema Cruz, Tiago Lopes e José Malhadas

### **Propriedade**

Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa (STML)

### **Administração e Redacção**

Rua de São Lázaro, 66 – 1.º, 1150-333 LISBOA

**Telefones** 218 885 430/35

**Periodicidade** Bimestral

**Distribuição** Gratuita aos Sócios do Sindicato

**Tiragem** 4.000 exemplares

**Número de Identificação Fiscal** 500 850 194

**Depósito Legal** 17.274/87

### **PROTOCOLOS STML**

#### **INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR**

Escola Superior de Educação João de Deus

Grupo Lusófona

Instituto Superior de Educação e Ciências

Instituto Superior de Tecnologias Avançadas

Universidade Lusíada

#### **BANCA E SEGUROS**

Ponto Seguro, mediação de seguros

Millenium BCP

#### **TURISMO**

Campiférias

Fpalmela – Aldeamento Turístico de Palmela

Viagens Falcon

#### **OUTROS**

ANDST – Associação Nacional de Deficientes e Sinistrados do Trabalho

Cartão BP Plus

Escola de Condução ENAL

Lancaster College – Escola de Línguas

Mind Project

### **EDITORIAL**

Atravessamos um dos momentos mais importantes do ano, principalmente no que concerne aos trabalhadores do sector público em termos latos. Obviamente dirigimo-nos especialmente aos que trabalham na Câmara Municipal e Juntas de Freguesia, sem secundarizar ainda os que laboram no sector empresarial local. Momento especial porque se debatem e negoceiam até fins de Novembro os conteúdos da **Lei do Orçamento do Estado para 2018** que todos irá influenciar, positiva ou negativamente, no próximo ano.

As lutas que se sucedem nestas últimas semanas e as que se preparam, ganham razão de ser ao conhecermos ao pormenor a proposta de OE/2018 que o Governo quer levar avante. Mas de uma proposta à versão final, muito caminho pode e deve ser feito. Um caminho iniciado com a Greve Nacional dos Trabalhadores da Administração Pública do passado dia 27 de Outubro e que terá o seu passo seguinte com a **Manifestação Nacional da CGTP-IN, dia 18 de Novembro**.

Em todos os momentos, o que se procura é influir no rumo das negociações que decorrem quer no seio da Assembleia da República (entre Partidos), quer no Ministério das Finanças (com os Sindicatos). Influir no sentido de obter respostas às exigências dos trabalhadores, discriminadas na Proposta Reivindicativa Comum/2018, entregue em setembro último, pela Frente Comum (que o STML integra) ao Governo.

**Exigimos a valorização dos salários, descongelamento das progressões na íntegra e para todos, revogação do SIADAP, revisão das carreiras, actualização do subsídio de almoço para 6,50€ sem tributação, regulamentação das profissões de desgaste rápido, actualização de subsídios e complementos remuneratórios (Risco Insalubridade e Penosidade e Horas Extraordinárias), reposição dos 25 dias de férias com as respectivas majorações, reposição da quotização para a ADSE de 1,5% a 12 meses, aposentação com 36 anos de descontos independentemente da idade, regularização de todos os vínculos precários que consubstanciam postos de trabalho permanentes**, entre muitas e muitas outras matérias. Reivindicações que até ao momento não tiveram qualquer resposta por parte do Governo, apesar dos discursos públicos de boas intenções.

É verdade que estamos num momento mais positivo da vida política nacional, e por isso mesmo é imprescindível ir mais além na melhoria das condições de vida e de trabalho. É possível melhorar a actual proposta de OE/2018, queiram os trabalhadores mobilizar-se e lutar pelos seus justos e legítimos direitos e interesses, impulsionando o Governo para decisões que até agora não tem querido assumir.

Tal como a 27 de Outubro, **a 18 de Novembro a resposta tem que ser forte e inequívoca**. Pela recuperação do nosso futuro que nos foi usurpado ao longo dos últimos anos. Está na hora de o recuperar. De todos nós dependerá o que se conseguir alcançar e melhorar.

Na Câmara Municipal e nas Juntas de Freguesia atravessamos o momento formal da tomada de posse dos novos executivos eleitos resultantes das eleições de 1 de Outubro. Ao STML uma só orientação é priorizada em todas as dimensões sectoriais e profissionais onde actua: **representar e defender os direitos e interesses dos respectivos trabalhadores**. Os vários Cadernos Reivindicativos, já entregues ou em construção são importantes ferramentas (de trabalho, proposta e luta) nesse sentido.

Também não podemos deixar de valorizar o Acordo de Empresa (AE) celebrado com a GEBALIS, em conjunto com o STAL, que marca um momento histórico na vida dos seus trabalhadores, perspectivando um futuro mais risonho. Na EGEAC, cumprir e fazer cumprir o seu próprio AE, é a meta que também nos norteia.

**Em todas estas realidades será porém a força organizada dos trabalhadores o eixo essencial à mudança que sempre ambicionamos**, isto é, a salvaguarda das condições de vida umbilicalmente associadas ao mundo do trabalho.



## Caderno Reivindicativo da Limpeza Urbana

Durante vários meses, através de contactos vários com os trabalhadores – plenários, visitas, intervenções à 'hora do ponto' – a Direcção do STML debateu, reuniu, sistematizou e produziu o Caderno Reivindicativo deste importante e nevrálgico sector profissional, quer no interior da própria autarquia, quer para a cidade e população de Lisboa.

Foram assim referidos, exaustivamente, neste instrumento de trabalho – de proposta, reivindicação e luta – as várias deficiências a nível do número de cantoneiros, condutores e encarregados; das necessidades prementes (em quantidade e qualidade) de meios materiais e mecânicos; das condições de trabalho que importa salvaguardar e melhorar em postos de limpeza e nas garagens; na aquisição, em quantidade e qualidade, de fardamentos e equipamentos de protecção individual (EPI's); dos horários de trabalho definidos e que devem ser respeitados; da organização do trabalho que, imperativamente, deve defender a conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar de cada trabalhador, independentemente da sua categoria e função específica; entre muitas outras matérias, como por exemplo o envolvimento prévio dos seus representantes (STML e RdT's) nos inúmeros processos de aquisição, desde as viaturas, aos EPI's, às intervenções de melhoria e às obras em instalações.

Também do investimento urgente numa Medicina do Trabalho de qualidade, considerando o seu papel determinante num sector propício aos acidentes de trabalho e doenças

profissionais. Uma Medicina do Trabalho que deve respeitar a sua natureza prioritária que passa impreterivelmente por uma célere identificação, tratamento, acompanhamento e reintegração dos trabalhadores que sofram de uma ou outra causa.

Neste sentido, a 22 de Setembro último, uma delegação do STML composta por Dirigentes e Delegados sindicais do sector da limpeza urbana da Câmara Municipal deslocou-se aos Paços do Concelho para entregar ao presidente Fernando Medina o Caderno Reivindicativo onde estão discriminados os vários problemas aos quais se exigem respostas. Na sua ausência (justificada pelo seu envolvimento na campanha eleitoral para as eleições autárquicas), fomos recebidos pelo seu Chefe de Gabinete. Passados poucos dias, fomos informados que o referido documento foi encaminhado para o Vereador dos Recursos Humanos e Finanças. No entender do Sindicato, deverá ser envolvido igualmente o Vereador que será empossado para este pelouro em particular.

Ainda durante este ano, esperamos poder reunir com o Executivo Municipal recém-eleito e saber quais as medidas políticas concretas que irão ser assumidas no propósito de solucionar e superar os obstáculos que hoje degradam indelutavelmente e inaceitavelmente a vida dos trabalhadores, negando simultaneamente um serviço público de qualidade a todos os que vivem, trabalham e visitam Lisboa.



# Fogos florestais... Calamidade nacional!

**Em agosto de 1988 o país inteiro assistiu àquele que foi o maior incêndio urbano do século XX e que deixou feridas insanáveis numa das zonas mais emblemáticas da cidade de Lisboa. Quase a completar 30 anos, o incêndio do Chiado ainda está bem vivo na memória não só dos lisboetas, mas de todos os portugueses.**

Também o ano de 2017 vai ficar marcado pelo flagelo dos fogos florestais que assolaram o país de norte a sul, não só pela área ardida, mas também pela perda de vidas humanas.

Já muito foi dito e escrito sobre este flagelo nacional, muitos especialistas, uns mais que outros, apontaram causas e tentaram encontrar culpados. Alguns dos culpados estão identificados através das detenções efectuadas pela polícia judiciária e são de vária ordem, desde a negligência, à demência, passando por outros interesses, incluindo o financeiro.

Quanto às causas para a existência de um tão grande número de incêndios e da gigantesca área ardida, também existem muitas teorias, todas elas credíveis, que vão desde o desordenamento da floresta, às falhas nas comunicações, à não limpeza das matas e muitas outras mais.

O extenso relatório elaborado pela Comissão Técnica Independente, criada pela Assembleia da República, aborda todas as problemáticas relacionadas com os incêndios florestais ocorridos neste ano, apresentando propostas e recomendações.

Assim, no Sumário Executivo/Qualificação pode ler-se “Porém, o regime de voluntariado tem-se degradado nos últimos anos (...) Por esse motivo, é importante valorizar o que pode ser feito com vocação, evitando outras tarefas que necessitam de outros perfis profissionais, por ventura mais intensos e especializados”.

Pode ainda ler-se no ponto 10. PROBLEMÁTICAS E RECOMENDAÇÕES que “O Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Florestais (DECIF) não prevê a obrigatoriedade da existência de

recursos humanos especializados com formação e experiência profissional que se constituam como um factor que garanta da utilização das ferramentas de previsão e/ou de apoio à decisão, ou da implementação eficaz das normas de organização do sistema. (...) os sistemas de protecção civil devem ser constituídos por profissionais que devem possuir as competências e a experiência adequada para o desempenho das funções.”

Em Portugal tem-se a sensação que falar sobre a profissionalização dos bombeiros, ainda causa alguns pruridos na classe política, excepção feita a algumas personalidades mais ligadas à esquerda.

Talvez por não quererem ferir suscetibilidades, a classe política e a sociedade civil têm vindo a adiar e a evitar uma discussão que se torna incontornável, urgente e necessária. Este sindicato já em diversos fóruns teve a oportunidade de defender a profissionalização como forma de otimizar o socorro nas suas diversas vertentes.

É do senso comum que nem todos podemos ser médicos, pedreiros ou professores, por muito que gostemos desta ou daquela actividade, só alguns conseguem reunir as condições e os requisitos necessários ao desempenho de determinadas funções.

Não podemos continuar com esta cultura de sustentar o socorro através de cidadãos, sem dúvida bem-intencionados, mas que não reúnem as condições nem têm a disponibilidade ao desempenho de tão exigente tarefa.

Por isso é que os Sapadores Bombeiros, enquanto bombeiros profissionais da administração local, têm no seu regime jurídico bem definidas as regras e os critérios, que permitem ou não a candidatura para a função de bombeiro.

Não existe a pretensão de afirmar que a profissionalização dos bombeiros seja a panaceia para a solução dos fogos florestais, mas sim que contribuirá para a optimização do socorro. A defesa da profissionalização dos bombeiros, não é uma tomada de posição contra ninguém, mas sim a favor de todos.

# ARQUIVO MUNICIPAL DE LISBOA

## Defender o Arquivo Municipal de Lisboa

### **Desvalorizar o Arquivo Municipal de Lisboa é desvalorizar o património histórico, cultural, político e social da cidade.**

Qualquer grande cidade da Europa, como Lisboa o é, sendo ainda Capital de país, tem, habitualmente, um Arquivo onde consta e se salvaguarda a sua História. Lisboa é uma das capitais mais antigas da Europa, sendo o seu acervo vasto e de valor inestimável. Falamos em alguns casos de documentos com cerca de 10 séculos de vida. Valoriza-se assim a importância deste Arquivo cujo fim, em última análise, é determinante à manutenção, divulgação e perpetuação da memória histórica da cidade.

O Arquivo Municipal de Lisboa, situado no Bairro da Liberdade, acumula e é assim responsável pela História da cidade, agrupando nas suas instalações milhares de documentos de valor incalculável, como já referido. Porém, o edifício que serve de abrigo à 'nossa História', disponível para munícipes, estudantes, investigadores especializados, interessados nacionais e/ou internacionais, não reúne condições mínimas de segurança para a dignidade que, obrigatoriamente, deve estar implícita a um arquivo desta natureza e com esta finalidade.

Nas garagens (!?) do edifício está armazenada uma boa parte deste espólio, num espaço sujeito a humidades, infiltrações e até inundações. Admitamos portanto que não será o local propriamente mais adequado para acomodar documentos com centenas de anos. Documentos – nas suas inúmeras denominações e idiossincrasias – sujeitos a uma degradação que poderá ser irreparável, apagando pela sua potencial eliminação física, partes da História que todos, em teoria pelo menos, estamos interessados em manter, defender e garantir para as gerações futuras.

Não será neste sentido novidade que os trabalhadores, muitos deles com funções altamente especializadas, se sintam esquecidos, desvalorizados e indignados face à pouca ou nenhuma atenção que têm merecido dos responsáveis políticos da cidade. Dizemos da cidade porque este é um problema que ultrapassa

a própria Câmara Municipal, cabendo contudo ao seu Executivo a responsabilidade maior em dar as respostas, sérias e consequentes, que urge.

Respostas aos problemas relacionados com a degradação de materiais históricos, mas também numa ausência sistemática pelo reconhecimento do trabalho desenvolvido. Neste último capítulo, é importante sublinhar que se muito foi e tem vindo a ser recuperado, deve-se em exclusiva medida à capacidade e abnegação dos excelentes profissionais que hoje laboram no Arquivo Municipal de Lisboa. Mas há matérias que os ultrapassam nas suas capacidades e competências. As tais matérias que são da responsabilidade do poder político que governa a cidade.

Sabemos que nos últimos meses se tem vindo a trabalhar na recuperação das instalações do Alto da Eira, com o propósito de reinstalar neste local o Arquivo Municipal, abandonado em 2004 pelos motivos sobejamente conhecidos. É pertinente relembrar por isso, que a solução que hoje se apresenta não é bem vista pelos trabalhadores que da memória não esquecem os eventos que no tempo se prolongaram inaceitavelmente caracterizados e associados a riscos permanentes para a sua saúde e integridade física.

O STML continuará a acompanhar a realidade destes trabalhadores e todo o processo de uma possível reinstalação, exigindo em simultâneo o respeito pelos seus direitos e a salvaguarda da missão pública que lhes está encarregue, de grande e profunda importância, retrospectiva e prospectivamente, para a cidade e todos quantos a visitam, nela trabalham ou vivem.



## Medicina do Trabalho da CML – uma prioridade de sempre!

**A actual situação da Medicina do Trabalho da CML suscita uma intervenção célere do STML e dos trabalhadores, no sentido de exigirem ao actual Executivo um serviço eficiente e de qualidade.**

Nos últimos anos temos assistido ao declínio do serviço de Medicina do Trabalho, com o esvaziamento de médicos no mapa de pessoal. Passámos apenas a contar com serviços médicos contratados, ou melhor dizendo “serviços externos de Saúde Ocupacional”. A lei prevê que para organizações com pelo menos 400 trabalhadores, é obrigatório a disposição de serviço interno de Saúde Ocupacional\*.

Os médicos do trabalho existentes são contratados “à hora” e alguns pagos a peso de ouro (é público o caso do Diretor Clínico [DC]) que auferem a módica quantia mensal de cerca 10 vezes o salário mínimo nacional...

Com os princípios organizacionais e funcionais do DSHS, afeimos que subitamente os médicos que constituíam a equipa médica (conforme o Despacho n.º 4/2012 “Constituição das EM do DSHS”) começaram a “abandonar” o Departamento. Apenas ficaram dois médicos. Entretanto outros foram entrando, mas não aguentam a “pressão” e rapidamente pedem a demissão. Segundo o que vamos ouvindo reina o lema do “estás mal, muda-te”. Os médicos são confrontados com temporizadores de consultas, com limitações nas prescrições médicas, com negação do princípio do espírito da Medicina do Trabalho, e alguns até deixam transparecer a existência de violação de princípios éticos e deontológicos.

Os médicos não conseguem exercer um serviço adequado e os trabalhadores não beneficiam de um serviço de medicina de qualidade para o qual a CML investe milhares de euros, sem contudo se vislumbrarem os efeitos desses avultados investimentos.

As consultas continuam com atrasos para muitos trabalhadores, prejudicando o cumprimento da periodicidade legalmente

estipulada. Muitos são chamados para consulta demasiados meses após efectuarem as análises clínicas. As consultas têm limite de tempo/actos clínicos não permitindo aos médicos estabelecer relações que lhes permitam um conhecimento real dos problemas dos trabalhadores nem dos riscos existentes nos locais de trabalho. Acresce que até as visitas aos locais de trabalho por parte dos médicos deixaram de acontecer.

Deparamo-nos também com a existência de apenas dois enfermeiros no Mapa de Pessoal para coadjuvar cerca de uma dezena de médicos, distribuídos fisicamente por três postos médicos (Campo Grande, Olaias e Olivais). Somam-se mais quatro enfermeiras com vínculo de prestação de serviços, ou seja, com contratação precária.

Tudo o referido afigura-se-nos como uma má prática no campo da Saúde Ocupacional, já denunciada anteriormente pelo STML. Claramente o resultado das más opções políticas de gestão deste importantíssimo serviço, que acarreta consequências negativas no plano da saúde dos trabalhadores. Uma questão que neste sentido justifica e exige, hoje mais do que nunca, a sua atenção e mobilização urgente.

O STML tem vindo ao longo dos tempos a exigir que a CML respeite e cumpra os compromissos assumidos com o sindicato (acta celebrada a 10.06.2014). Recordamos que acordou «continuar a melhorar os serviços de medicina do trabalho, aperfeiçoando o seu modelo organizativo, por forma a agilizar os tempos de resposta, quer na área da medicina preventiva, quer na área dos acidentes de trabalho», o que no nosso entender passa também pela adequação do Mapa de Pessoal às reais necessidades dos serviços de Saúde, Higiene e Segurança da autarquia, através do seu respetivo e efetivo preenchimento.

(\*) O Serviço Interno deve, obrigatoriamente, fazer parte da estrutura organizacional da empresa/ estabelecimento e funcionar na dependência da Gestão de Topo (artigo 78.º da Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro, e suas alterações), devendo este aspeto ser evidente e contemplado na estrutura orgânica.



## Folgas acumuladas e não gozadas dos trabalhadores provenientes da CML para as Juntas de Freguesia

Desde 2014 que o problema das folgas acumuladas de centenas de trabalhadores está por resolver. Relembramos que esta situação, ainda no contexto do trabalho na CML, deveu-se em grande medida às orientações superiores que alegavam “necessidades de serviço inadiáveis” impedindo por esta via o gozo do dia correspondente ao trabalho em dia de descanso obrigatório (na maior parte das vezes, o trabalho ao domingo).

Os trabalhadores empurrados para as Freguesias, exclusivamente os afectos à Limpeza Urbana, têm sido assim confrontados com uma promessa não realizada do então Presidente da Câmara Municipal, António Costa, quando referia que ninguém perderia qualquer direito no processo de transferência para as Juntas. Passados mais de três anos, o problema persiste e até agora nenhuma solução séria foi colocada em cima da mesa. Relembramos também o compromisso assumido, em Dezembro de 2016, pelo Vice-presidente da CML Duarte Cordeiro no intuito de resolver este problema que até agora não deixou o plano das intenções...

A verdade é que, em muitas Juntas, existem actualmente trabalhadores com folgas acumuladas, sem a possibilidade de as gozar efectivamente. Se para o STML é claro que a responsabilidade reside na CML, não é menos evidente que a solução passará incontornavelmente por uma negociação tripartida, isto é, envolvendo a Câmara, Junta e o trabalhador em causa, obje-

tivando uma solução que poderá materializar vários caminhos, nomeadamente articulando o gozo efectivo com o pagamento dos dias em causa. Assumindo uma ou outra solução, ou mesmo a conjugação de ambas, o que interessa sublinhar é a resolução/devolução de um direito que os trabalhadores têm, justificado inclusive legalmente.

Procurando acelerar a resolução deste problema, o STML tem estado a promover um abaixo-assinado que tem sido muito bem aceite por praticamente todos os trabalhadores da limpeza urbana, distribuídos pelas 24 freguesias da cidade. Valorizamos aqui a solidariedade demonstrada pelos trabalhadores de Juntas onde este problema já não se coloca face à autorização positiva do gozo das respetivas folgas pelos seus superiores hierárquicos e políticos. Mesmo neste contexto, a imensa maioria destes trabalhadores subscreveu o referido abaixo-assinado.

O objectivo último será a sua entrega nos Paços do Concelho ao recém-eleito Presidente da CML, Fernando Medina. Para o STML é igualmente evidente que, na ausência de respostas e enquanto o problema subsistir, não excluiremos outras formas de luta que no tempo e no espaço sejam oportunas realizar, sempre discutindo-as e envolvendo previamente os trabalhadores como sempre foi prática deste sindicato.

**Uma certeza: não baixaremos os braços!**

**Gebalis****EGEAC****Celebrado Acordo de Empresa (AE) na GEBALIS!**

Mais de 200 trabalhadores da GEBALIS viram uma sua antiga reivindicação concretizada ao ser celebrado o respectivo AE. O documento foi assinado, em Setembro, pelo STML, STAL e pela Administração da empresa.

Após 19 meses de negociações, ficaram então consagrados no AE os compromissos entretanto assumidos, com destaque para a salvaguarda e a consolidação dos direitos laborais, incluindo a manutenção dos conquistados ao longo dos 22 anos de existência da Gebalis.

O Acordo alcançado irá assim contribuir para a valorização dos trabalhadores da empresa. Salientamos as seguintes matérias vertidas no AE:

- 35 horas de trabalho semanal e sete horas de trabalho diário (já em vigor desde Abril);
- Período normal de trabalho de segunda a sexta-feira;
- Intervalo para refeições entre uma e duas horas;
- Sábado e domingo como dias de descanso semanal;
- 25 dias de férias por ano;
- Mais um dia de férias por cada 10 anos de trabalho;
- Majoração de três dias de férias;
- Subsídio de refeição de 7,23€;
- Trabalho suplementar pago a 50% (diurno), 75% (noturno) e 100% (sábados, domingos e feriados);
- Suplemento de insalubridade, penosidade e risco de €7,50 por dia de trabalho;
- Transferências do local de trabalho com aviso prévio de 15 ou 30 dias;
- Medicina no trabalho – consultas e exames;
- Feriados: Carnaval e Municipal;
- Tolerâncias de ponto: 24 Dezembro, parte da tarde de 31 de Dezembro, bem como as que são dadas pela CML.

Entre outros aspectos importantes do AE, está ainda a criação de uma tabela salarial mais justa e a regulação da progressão das carreiras. Matérias que, com a sua aplicação já em 2018, irão garantir a necessária transparência na política salarial da Gebalis.

Ficaram também garantidos alguns apoios de natureza social já existentes na empresa, como os abonos para trabalhadores-estudantes, para filhos portadores de deficiência e por nascimento de filho.

Nos 180 dias após a assinatura do AE, serão negociados os regulamentos de avaliação de desempenho, assiduidade e pontualidade; formação profissional; e saúde, higiene e segurança no trabalho.

É de louvar o papel dos trabalhadores e da sua CT em todas as fases deste percurso, que culminou com a publicação do AE. Será importante que se mantenha uma participação activa e uma acção concertada, visando uma cerrada e dialogante fiscalização da implementação do Acordo no sentido de responsabilizar os decisores políticos e gestores pela sua plena concretização.

**EGEAC**

Dando seguimento à reunião de 5 de Julho, o STML reuniu com a EGEAC a 20 de Setembro, para discutir vários assuntos que se encontram ainda sem resolução.

Lamentavelmente, a ausência de resposta aos problemas que se arrastam desde 2014 para as condições de trabalho no Castelo de São Jorge motivou que o STML solicitasse a intervenção da ACT.

No que concerne ao pagamento do subsídio de jantar pelo valor actualizado, fomos informados que seria efectuado durante o mês de Setembro mas até à hora de fecho desta edição ainda não foi concretizado.

Os casos apresentados pelo STML em torno de reclassificações, estão neste momento sob análise. Comunicaram que esperam ter estas situações resolvidas até ao fim do corrente ano.

Sobre a progressão na carreira dos trabalhadores provenientes da CML através de ACIP, a empresa aguarda ainda uma resposta da CML/DMRH para proceder em conformidade, isto é, permitindo um tratamento igual, equitativo e positivo para todos.

No que diz respeito à regularização dos vínculos precários, informa a EGEAC que terá que reiniciar o processo do seu levantamento e identificação nominal face a novas solicitações provenientes quer da CML, quer da DGAL. Assim que tiverem concluído este processo, será comunicado formalmente ao STML.

O STML comunicou ainda os problemas existentes junto ao Torreão Nascente na Praça do Comércio onde os maus cheiros provocam um mau estar evidente junto dos visitantes à exposição em exibição nesse local, mas também junto dos trabalhadores aqui localizados. A EGEAC referiu estarem equacionadas intervenções que poderão resolver este problema. Obras da responsabilidade da CML.

Para 29 de Novembro ficou agendada a próxima reunião da qual daremos conta aos trabalhadores pelos mecanismos habituais.





# JUNTA DE FREGUESIA

## STML pretende reunir com os Executivos (recém-eleitos) de todas as Juntas de Freguesia

Após as eleições autárquicas do passado dia 1 de Outubro, muitas Juntas de Freguesia viram reconfigurados os seus respectivos Executivos. Noutras repetem-se os mesmos Presidentes, com reforço ou diminuição da sua força eleitoral, com a correspondente (re)composição partidária, proporcional ou não face à vontade expressa nas urnas pelos seus eleitores. No essencial, com maior ou menor legitimidade, inicia-se agora um novo ciclo consubstanciando o mandato para os próximos quatro anos.

Mas se o mandato dos responsáveis políticos é limitado no tempo, a imensa maioria dos trabalhadores das Juntas de Freguesia da cidade têm problemas que urge resolver agora, não se limitando às variações de qualquer período e resultado eleitoral.

Durante o mês de Outubro, o STML percorreu praticamente todos os locais de trabalho onde tem associados, confirmando ou reconhecendo velhos e novos problemas aos quais os novos Executivos de Junta tem a obrigação de resolver.

É neste sentido que iremos solicitar, em todas as Juntas de Freguesia, reuniões aos respectivos Executivos. Se em alguns casos iremos apenas retomar o trabalho negocial iniciado no último mandato autárquico, outros existem em que o processo terá um novo ponto de partida. Daremos conta das prioridades que interessam solucionar face a problemas que tanto afectam as condições de trabalho e de vida dos trabalhadores, como diminuem consideravelmente a prestação de um serviço público de qualidade junto dos 'fregueses', independentemente do campo de acção a que nos estejamos a referir.

Na base destas reuniões, os ACEP's celebrados (com 18 das 24 Juntas) e os Cadernos Reivindicativos (em 16 das 24 Juntas).

Temos assim ainda muito por fazer, desde logo renegociando e melhorando os conteúdos dos ACEP's existentes, mas também promovendo a sua negociação e assinatura onde ainda não foi possível. Sobre os Cadernos Reivindicativos, a mesma linha de intervenção. É imprescindível neste propósito, onde também ainda não foi possível, concluir o processo com os trabalhadores objectivando a entrega desta importante ferramenta de trabalho junto dos novos responsáveis políticos. Não menos importante será a actualização dos seus conteúdos, paralelamente a um avaliação face ao ponto de situação em que nos encontramos no plano da resolução dos vários problemas identificados e portanto já conhecidos.

O STML destaca desde, já algumas linhas de acção prioritárias, nomeadamente no que concerne à regularização da situação laboral dos trabalhadores com vínculo precário desempenhando tarefas de carácter permanente; no acesso a uma Medicina de Trabalho de qualidade e eficaz; no respeito e cumprimento da avaliação (SIADAP); no investimento em fardamentos e equipamentos de protecção individual adequados, em quantidade e qualidade correspondentes; mas também na aquisição dos meios mecânicos que salvaguardem e melhorem o serviço público que é prestado, respeitando acima de tudo a saúde e segurança dos trabalhadores, quer no espaço público quer nas instalações sob alçada das Juntas de Freguesia.

O STML não deixará, por tudo o que acabou de expressar, o seu forte empenho e determinação na defesa dos direitos, interesses e aspirações dos trabalhadores que representa, neste caso em concreto na realidade que concerne às Freguesias de Lisboa.

# MANIFESTAÇÃO

NACIONAL - LISBOA

Emprego  
com  
direitos

Contratação  
Colectiva

Horários

Salários

Serviços  
Públicos

15 horas  
**18 NOV.**  
M. Pombal/Restauradores

**VALORIZAR O TRABALHO  
E OS TRABALHADORES**



**Apesar de serem reais os progressos alcançados sob a alçada deste Governo, são porém ainda insuficientes face ao legado da política do Governo PSD/CDS-PP que consubstanciou um dos períodos mais negros em termos de empobrecimento dos trabalhadores, do povo e do país.**

Existem problemas estruturais que continuam sem resposta. Todavia, tem sido resultado da luta dos trabalhadores os avanços na recuperação de rendimentos, no aumento do salário mínimo e das pensões, ainda que aquém do necessário. Também na defesa dos direitos inscritos na Contratação Coletiva.

**Na Administração Pública (AP), a proposta do Orçamento do Estado (OE) para 2018 em discussão na Assembleia da República, não satisfaz minimamente os seus trabalhadores.** Desde logo temos que reafirmar a nossa discordância quanto à forma como é conduzida a negociação colectiva entre o governo e os sindicatos da AP, tentando condicionar a discussão ao OE, o que é inadmissível.

Do que está inscrito na proposta de Governo para os trabalhadores, regista-se a reposição do valor do trabalho extraordinário conforme está na Lei de Trabalho em Funções Públicas (Lei nº35/2014) e no Código do Trabalho, mas não conforme reivindicamos, ou seja, tendo como referência o valor de 2011, diminuído face aos cortes levados a cabo pelo Governo de Passos Coelho e Paulo Portas.

O descongelamento das progressões das carreiras na AP é outra medida que o governo apresenta, prevendo o seu pagamento de forma faseada em quatro vezes ao longo dos próximos dois anos. A última parcela seria paga em Dezembro de 2019 (!).

Como se verifica **na proposta Governo de OE para 2018, não se responde à maioria das justas reivindicações apresentadas pelos sindicatos e trabalhadores da AP. Desde logo a ausência de discussão sobre os salários, sem qualquer aumento desde 2009.** O subsídio de

refeição mantém-se inalterado. A taxa para a ADSE, continua a ser paga em 14 vezes, pelo valor mensal absurdo de 3,5%.

**O combate à precariedade em geral e na AP em particular, é uma batalha longe de estar ganha, daí que se o Processo de Regularização de Vínculos Precários na AP não resolver este cancro que corrói a nossa sociedade.** Se o Governo não dá o exemplo, como pode o sector privado ser obrigado a regularizar no seu contexto o problema da precariedade?

Neste sentido, não nos resta outro caminho que o aprofundamento da luta, defendendo que a cada posto de trabalho permanente, corresponda um vínculo efetivo, nomeadamente pelo preenchimento da respetiva vaga no mapa de pessoal.

**A fixação do salário mínimo nacional (SMN) em 600€ a partir de 1 de Janeiro de 2018 é outra exigência central.** Assim como uma maior justiça fiscal, sem desvalorizar os tímidos avanços neste campo, com a introdução de mais dois novos escalões no IRS. Não basta contudo!

A promoção e participação nesta Manifestação Nacional da CGTP-IN, dia 18 de Novembro, é crucial para promover a convergência e afirmar as nossas propostas e reivindicações.

Este Orçamento deve assumir compromissos mais vastos no domínio da melhoria dos salários, na política fiscal, nas pensões e proteção social, no investimento e qualidade dos serviços públicos, mas também na efetiva valorização das funções sociais do Estado.

A melhoria do Orçamento do Estado é imperativa, para que este dê resposta às necessidades dos trabalhadores, do povo e do país.

**Vamos todos fazer do dia 18 de Novembro uma data memorável da luta dos trabalhadores, procurando criar desde já possibilidades que influam positivamente nas condições de vida e de trabalho de todos.**

**Manifestação Nacional da CGTP-IN de 18 de Novembro, às 15H00 em Lisboa, com ponto de encontro no Marquês de Pombal rumo aos Restauradores.**



# STML reúne com a Direcção Municipal da Higiene Urbana

A 21 de Setembro o STML reuniu com o Director Municipal Eng<sup>o</sup> Victor Vieira, também com o Director de Departamento Eng<sup>o</sup> Nuno Soares e com a Chefe de Divisão da DLU, Eng<sup>a</sup> Rita Lucas. Dos muitos assuntos debatidos e oportunamente tornados públicos, relembramos os seguintes:

- A intenção da DMHU em articular estratégias entre os seus serviços, nomeadamente o DRMM e o DHU procurando responder aos problemas de avarias de viaturas e respectivas reparações, neste momento demasiado morosas e por vezes ineficazes.

- No campo das carências de pessoal, lembraram os concursos que irão abrir para Condutores de Máquinas Pesadas e Veículos Especiais (CMPVE) em 2017 e cantoneiros em 2018, estando neste momento a decorrer o recurso à reserva de recrutamento do concurso de cantoneiros concluído este ano.

- Sobre as novas viaturas adquiridas, a CML irá penalizar os fornecedores pelo não cumprimento de prazos e especificidades necessárias ao serviço para o qual se destinam.

- Sobre a renovação dos CAM, estão a pressionar a Divisão de Formação para que acelere o processo.

- Sobre a recolha de resíduos principalmente na zona histórica da Baixa – de indiferenciados, cartão, embalagem e orgânicos – referem que em casos de necessidade estratégica, deve ser tudo recolhido, seguindo para o efeito o disposto no Manual de Procedimentos em vigor. Contudo, para o STML, esta lógica contraria a política de reciclagem que a CML tanto apregoa junto dos munícipes. Estão neste momento a avaliar linhas de fiscalização junto das entidades e comerciantes que

não cumprem com os regulamentos municipais sobre a separação e o depósito adequado do lixo em espaço público.

Apesar de ter ficado agendada para a 1.<sup>a</sup> quinzena de Outubro uma reunião entre o STML e a equipa que trata da elaboração dos circuitos, objectivando corrigir as anomalias que sindicato e trabalhadores há muito têm referido, a mesma até agora não se concretizou. Sobre a falta de encarregados gerais operacionais e encarregados gerais, o STML sublinhou a importância em seguir a ordem nominal decorrente do processo de selecção realizado pela CML/DMHU além de perspectivarem, desde já, o alargamento do número de vagas para o Mapa de Pessoal de 2018. Sobre as condições de Segurança, Higiene e Saúde (SHS) no trabalho a realizar, envolvendo os ecopontos subterrâneos, continuam a não estarem salvaguardadas todas as condições de segurança dos trabalhadores envolvidos o que levanta sérias preocupações ao Sindicato.

A DMHU/DHU/DLU irá solicitar a desbaratização mais regular de todos os equipamentos sob sua alçada, nomeadamente Postos de Limpeza e Garagens. Irão igualmente perceber, com os responsáveis da ValorSul, as razões pela falta de limpeza e de segurança que já foram inúmeras vezes denunciadas, quer pelos próprios trabalhadores, quer pelo STML. Informaram ainda que os problemas detectados no Posto de Limpeza do Valsassina foram já solucionados.

A reunião seguinte, inicialmente agendada para 26 de Outubro, foi adiada para 14 de Novembro (pelo motivo da tomada de posse do novo Executivo Municipal a 26 de Outubro). Desta reunião daremos conta oportunamente.

# Precariedade no trabalho, instabilidade na vida

## Para um futuro digno, combater a precariedade!

**No âmbito da Campanha *Contra a Precariedade – Emprego com Direitos*, realizou-se no passado dia 20 de Setembro uma reunião na União dos Sindicatos de Lisboa, onde o STML esteve presente, para avaliar o trabalho desenvolvido pelos vários sindicatos do Distrito, além de planear o trabalho para o futuro imediato.**

Num contexto mais geral, no Encontro Nacional da CGTP-IN a 10 de Outubro, foi lançada uma petição nacional “Contra a precariedade – Pelo emprego com direitos”, enquanto importante instrumento de trabalho visando a dinamização da acção reivindicativa nos locais de trabalho, além de procurar sensibilizar a opinião pública sobre um cancro que corrói as fundações da nossa sociedade. A petição assenta no princípio que para um posto de trabalho permanente, um vínculo de trabalho efectivo!

A precariedade é a insegurança no emprego, incerteza na vida dos trabalhadores e das suas famílias, e um problema para a demografia do país.

No nosso país, existem mais de um milhão de trabalhadores com vínculo precário. Os trabalhadores com vínculos precários vivem entre o despedimento fácil e a não renovação do contrato; têm salários 30% a 40% mais baixos; estão mais expostos à chantagem e repressão nos locais de trabalho; são mais afetados no exercício dos seus direitos; correm maior risco de ficar desempregados e têm menos acesso à proteção social no desemprego.

A precariedade anda de braço dado com elevados níveis de exploração laboral, discriminações, emigração forçada, empobrecimento laboral e exclusão social.

O combate à precariedade passa pela efectivação do direito constitucional ao trabalho, à estabilidade e segurança no emprego, à negociação e contratação colectiva, a uma justa retribuição, a um horário de trabalho que assegure a articulação com a vida pessoal e familiar, valorizando o trabalho e os trabalhadores.

Através desta petição, exige-se, entre outras matérias, o seguinte:

- A eliminação de todas as normas legais que facilitem a precariedade e o recurso ao trabalho temporário para responder a necessidades permanentes das empresas e serviços;
- O combate à externalização de serviços e subcontratação de trabalhadores, com garantia de contratação directa para postos de trabalho que respondam a necessidades permanentes das empresas e serviços;
- A transformação da norma da presunção de contrato de trabalho (falsos recibos verdes) em prova efectiva da existência de contrato de trabalho, facilitando o reconhecimento do contrato sem termo;
- A passagem a efectivos dos desempregados que têm contratos emprego-inserção e que estão a ocupar postos de trabalho permanentes;
- O reforço dos meios e competências da ACT para assegurar celeridade e eficácia na sua intervenção.

No âmbito da Campanha iniciada há dois anos, o STML tem vindo a dinamizar acções na cidade de Lisboa, em particular nas freguesias. Nomeadamente, através do levantamento do número de casos, participação na discussão da operacionalização da deliberação da CML sobre a regularização das situações de precariedade; distribuição de comunicados nos locais de trabalho e à população; informação à comunicação social; intervenções em Assembleias de Freguesia; realização de plenários com os trabalhadores e promoção, em conjunto com o STAL, da Tribuna Pública realizada nos Paços do Concelho, a 17 de Março deste ano.

Fruto destas iniciativas, várias Juntas Freguesia abriram concursos públicos de admissão de pessoal para regularizar as situações de precariedade. Vários trabalhadores, com contrato a termo certo, foram integrados no quadro da GEBALIS. Na CML contamos com a integração no Mapa de Pessoal dos trabalhadores identificados pelo ‘registo de interessados’. Mantêm-se contudo muitas dúvidas sobre a regularização de muitos trabalhadores em situação de precariedade, o que obriga o STML a continuar as iniciativas de dinamização da campanha bem como divulgar a petição junto de todos os trabalhadores.

# MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

## Frente Comum reúne com o Governo

**No âmbito da discussão da Proposta Reivindicativa Comum (PRC), apresentada pela Frente Comum (FCSAP) e das propostas do Governo para os trabalhadores da Administração Pública (AP) inseridas no Orçamento do Estado (OE) para 2018, decorreram três reuniões entre ambas as partes (21 de Setembro, 6 e 12 de Outubro), estando representado o Governo pelos Secretários de Estado da Administração e Emprego Público (SEAEP) e do Orçamento (SEO).**

A discussão na primeira reunião centrou-se essencialmente no descongelamento das progressões das carreiras gerais, avançando a SEAEP com a intenção de que este tenha início em Janeiro de 2018, sendo feito de forma faseado.

A justificação para este procedimento são as limitações orçamentais, adiantando que a verba necessária para pagar a totalidade das progressões será de 600 milhões de euros, tendo o governo disponível para 2018 apenas 226 milhões (!). Sendo a opção garantir a todos os que estiverem em condições de progredir, o início do processo de descongelamento de forma equitativa. A SEAEP anunciou também a intenção da recuperação total do descongelamento das carreiras gerais decorrer nos próximos 4 anos.

A FCSAP salientou que face aos anos de congelamento das progressões não é aceitável o faseamento. Das várias questões colocadas, quisemos saber que anos de progressões serão considerados? Como será feito o faseamento? E os trabalhadores que não têm avaliação? Por último questionámos qual a resposta do governo à PRC 2018.

Sobre os descongelamentos, a SEAEP apenas se comprometeu a que todos os trabalhadores com 10 pontos seriam contemplados, deixando em aberto as outras questões. Esclareceu ainda que neste momento não está no horizonte a revisão salarial.

Para concluir, o SEO afirmou que será feita a revisão dos escalões do IRS, deixando de haver sobretaxa. Por outro lado, referiu a avaliação e análise da tributação do subsídio de almoço e o aumento do salário mínimo.

Na segunda reunião prosseguiu a discussão em torno dos descongelamentos das progressões, esclarecendo-se alguns pontos do processo, para as carreiras que não dependam exclusivamente do mecanismo de progressão, ficando em aberto a possibilidade de abertura de concursos de promoção. Aos trabalhadores cujo desempenho não tenha sido avaliado, é atribuído um ponto por cada ano em falta. No caso de se ter verificado uma mudança de posicionamento remuneratório, de categoria ou carreira entre 1 de Janeiro de 2011 e 31 de Dezembro de 2017, inicia-se nova contagem de pontos. Quanto à forma de pagamento, o governo continuou a querer prolongar o seu prazo.

Quanto ao pagamento de trabalho suplementar, o governo apresentou a seguinte proposta: 17,5% da remuneração na 1ª hora, 25% da remuneração nas horas ou fracções subsequentes e em dia de descanso semanal, obrigatório ou complementar e, em dia feriado confere o direito a um acréscimo de 35% da remuneração por cada hora.

A última reunião decorreu em simultâneo com o Conselho de Ministros que preparava o OE.

Não houve definição quanto aos montantes dos descongelamentos, apenas que seriam pagos em dois anos. A FCSAP criticou o faseamento e insistiu num valor mínimo que não fosse divisível, ficando o governo de definir esse valor. A SEAEP afirmou que contará todos os pontos. Relativamente ao pagamento do trabalho suplementar, o mesmo será pago conforme a Lei nº 35/2014 a partir de Janeiro de 2018.

A FCSAP exigiu a revisão da Tabela de Remuneração Única (TRU), revalorizando as posições remuneratórias mais baixas para já, evitando a sua absorção pelo Salário Mínimo Nacional. A SEAEP afirmou estar o governo a estudar este problema.

Em termos gerais, a resposta do governo às reivindicações inscritas na PRC/2018 são, manifestamente, insuficientes como facilmente se observa, tendo justificado a Greve Nacional da AP de 27 de Outubro e a participação na Manifestação nacional da CGTP-IN a 18 de Novembro.



## OE 2018: evolução sim, mas há ainda muito por cumprir

O governo PS apresentou ao Parlamento uma proposta de Orçamento do Estado para 2018 (OE 2018) com algumas virtudes, mas ainda carente de respostas e soluções a problemas concretos. Evidenciando a evolução em matérias de particular relevância para os trabalhadores das administrações públicas. Cabe agora nos debates de especialidade ir mais além. Se por um lado, o OE 2018 avança na reposição de rendimentos e direitos, por outro, são muitas as questões e insuficiências no que concerne a salários, progressões e carreiras profissionais, bem como ao nível das pensões e protecção social, dos serviços públicos e das funções sociais do Estado.

Creemos, por isso, que a melhoria da situação económica do país exige medidas de reposição mais corajosas e a implementação de outras que rompam definitivamente com quase uma década em que os salários dos trabalhadores das administrações públicas foram vilmente atacados pela prossecução de políticas de direita. Mais a mais, importa dizer não de vez ao modelo assente em baixos salários, precariedade dos vínculos laborais e uma produção que se traduz num baixo valor acrescentado, como a CGTP-IN não se tem cansado de afirmar.

Nas administrações públicas, é imperativo que o governo cumpra o princípio da actualização anual dos salários, sem procurar subterfúgios e esquemas pouco transparentes, nomeadamente “confundir” descongelamento de carreiras com as devidas actualizações. Até porque, são matérias diferentes, embora tenham como ponto em comum a justiça e o cumprimento legal de um dever que o Estado, os municípios e outros órgãos públicos têm para com os seus trabalhadores.

Quanto às progressões, continua a ser ininteligível o modo como se vai processar a progressão das carreiras dos trabalhadores da administração pública, tendo em consideração que a decorrência legal provém dos pontos acumulados através desse injus-

to e contraproducente sistema de avaliação denominado SIA-DAP. Por isso, o descongelamento das progressões nas carreiras deve ser assumido para todos os trabalhadores e não apenas alguns, logo a partir do primeiro mês do ano.

Assim, e de um modo simplificado, o OE 2018 é, sem retirarmos alguns méritos, um documento com muito para cumprir. O governo PS não pode continuar indiferente à degradação do poder de compra de milhares de trabalhadores que, desde 2009, não têm qualquer aumento. Sem mistificações, a Frente Comum exige um aumento do salário em 4%, com o mínimo de 60€ por trabalhador, actualizando ainda o salário mínimo da Administração Pública para 600€. Não venham com o discurso do “irrealista”. É, afirmamos, inteiramente justo!

Outra matéria de relevância é a actualização do subsídio de refeição. No nosso caso específico, e com a permanente deslocalização de serviços da autarquia para locais que não dispõem de refeitórios, os trabalhadores não conseguem ter direito a uma refeição condigna pelo valor actualmente auferido (4,52€, sujeito a IRS). Por isso mesmo, a proposta reivindicativa aponta para 6,50€ de subsídio de refeição e para a reposição da total isenção de IRS sobre o mesmo.

Outra questão premente, passa pela diminuição para 1,5% da contribuição para a ADSE. É totalmente inadmissível que os trabalhadores estejam a pagar 3,5% do seu salário bruto para um sistema público que é seu por direito e onde se vão acumulando superávits desde que o governo de direita PSD/CDS subiu brutalmente a contribuição individual de cada trabalhador.

Em suma, o OE 2018 não está encerrado, vai ser debatido na especialidade, pelo que é uma luta em aberto, e de todos! Por melhores salários e pela reposição integral de direitos e dos rendimentos do trabalho.



### **STML e STAL protestam junto à Assembleia da República (AR)**

Dirigentes e activistas do STML e STAL realizaram um protesto a 12 de Outubro junto à AR. Exigiu-se a revogação da Lei imposta pelo PSD/CDS na anterior legislatura que impede o pagamento de todas as indemnizações a título de reparação das doenças e dos acidentes profissionais. Situação que tem penalizado os trabalhadores em funções públicas. Aprovada uma resolução, foi posteriormente entregue na AR.

Os sindicatos entendem que o não pagamento das compensações é inconstitucional, na medida em que viola o direito à justa reparação dos danos causados por acidentes e doenças profissionais. Um trabalhador que, numa ou noutra situação, e num quadro de incapacidade permanente (após decretada essa incapacidade) tem ficado impedido de receber a indemnização à qual tem direito. Foram muitos os casos contados por vários dirigentes sindicais e, na primeira pessoa, por vários trabalhadores que são vítimas de discriminação.

Relembramos que em 2016 foi feita uma exposição pelos sindicatos ao Provedor de Justiça que decidiu serem as medidas inconstitucionais por violação do direito fundamental à justa reparação pelos acidentes de trabalho e doenças profissionais e estabelecem uma diferenciação de tratamento, em prejuízo dos trabalhadores em funções públicas. O Provedor solicitou nesse sentido, ao Tribunal Constitucional, a fiscalização da constitucionalidade da referida norma.

Paralelamente, ambos os sindicatos têm nos últimos meses reunido com os Grupos Parlamentares com assento na AR (até agora com o PSD, PEV e PCP), procurando sensibilizar e obter força necessária à eliminação de uma lei injusta e arbitraria. Se da parte do PSD, o cinismo marca a sua intervenção, dos restantes Partidos há abertura e propostas concretas para apresentar em Plenário da AR. Falta o PS pronunciar-se nesta matéria, elemento decisivo à revogação que se exige.

Se a lei por si só é injusta, somam-se as interpretações absurdas da CGA que, impondo o pagamento da indemnização no momento da reforma do trabalhador, aplica ao mesmo tempo um plano de devolução da indemnização (?!). Existem ainda câmaras municipais que suspendem parte do salário de um trabalhador com uma incapacidade, por exemplo, de 15%, pagando-lhe apenas 85% (?!). O trabalhador fica assim com uma incapacidade para o resto da vida e, injustamente, não recebe a indemnização quando precisa, ainda lhe cortam salário e ainda terá que devolver a indemnização quando a receber na aposentação.

Absurdo atrás de absurdos, justificando o caminho do tribunal para muitos trabalhadores (através dos seus sindicatos). Daí a urgência na alteração da Lei, permitindo reparar de facto todas as injustiças conhecidas, as passadas, presentes e futuras.

### **Encontro Nacional de Dirigentes e Delegados Sindicais da CGTP-IN.**

No dia 10 de Outubro, no Fórum Lisboa, realizou-se o Encontro Nacional de Delegados, Dirigentes e Activistas Sindicais da CGTP-IN. Cerca de 750 sindicalistas de todo o País estiveram presentes para analisarem questões relacionadas com o Orçamento do Estado (OE), legislação laboral e formas de luta a adoptar. Houve lugar a intervenções que nos deram conta de inúmeras acções reivindicativas (quer no sector público, quer no privado) contra a degradação das condições de vida e de trabalho. Da parte do STML, foi sublinhado algumas das vitórias para os trabalhadores do Município de Lisboa. Elas garantem melhores condições de trabalho e incluem o Acordo de Empresa da GEBALIS ou a entrega do Caderno Reivindicativo da Limpeza Urbana, a celebração de ACEP com a maioria das Juntas de Freguesia onde também foram entregues inúmeros cadernos reivindicativos.

A CGTP-IN propôs a aprovação de várias iniciativas que reforçam a luta pela “valorização do trabalho e dos trabalhadores, pela exigência do aprofundamento do rumo de reposição e conquista de direitos, e pelo combate às injustiças e desigualdades”. São reivindicações ainda mais pertinentes quando se iniciou, em Outubro, na Assembleia da República, o processo de discussão e aprovação do OE para 2018.

Para a CGTP-IN, o futuro de Portugal passa por uma estratégia de desenvolvimento que responda aos problemas estruturais do País, que conduza ao aumento da produção nacional, a uma justa distribuição da riqueza, à criação de emprego com direitos, a políticas sociais justas e o ataque às desigualdades e a todo o tipo de discriminações.

O Encontro serviu para aprovar a resolução “Lutar para valorizar o trabalho e os trabalhadores”, entregue posteriormente no Ministério do Trabalho.

Na agenda, a manifestação nacional de 18 de Novembro, como prioridade máxima na informação e mobilização de todos os trabalhadores.





## Uma grande Greve Nacional dos Trabalhadores da Administração Pública!

A Greve Nacional dos Trabalhadores da Administração Pública do passado dia 27 de Outubro teve adesões de norte a sul do país que em determinados sectores profissionais alcançaram os 80% aos 100%. Mais evidentes nos sectores operacionais onde os salários são mais baixos e as condições de trabalho mais insalubres, sem contudo desvalorizar as adesões significativas nos sectores técnicos e dos técnicos superiores nas várias administrações públicas e sector empresarial do Estado. Escolas, centros de saúde, hospitais, repartições de finanças, serviços de recolha de resíduos sólidos, limpeza urbana, diversos serviços administrativos da administração direta e indireta do Estado, ficaram paralisados ou funcionaram a meio gás. Uma certeza ficou bem patente, os trabalhadores do sector público estão descontentes e não abdicaram do seu Direito inalienável de lutarem pelas suas justas e legítimas reivindicações.

No Município de Lisboa, temos dados que apontam a adesão muito significativa no Regimento de Sapadores Bombeiros, com onze dos doze quartéis a atingir os 100% nos dois turnos (diurno e nocturno). Também na Câmara Municipal, verificou-se 70% de adesão nas oficinas do DRMM, ou ainda a não realização de perto de 50% dos circuitos de remoção na Limpeza Urbana. Nas Juntas de Freguesia, muitos foram os trabalhadores que optaram por ficar em casa.

Os motivos da Greve Nacional de 27 de Outubro são de todos conhecidos. Num momento em que se debate na Assembleia da República o Orçamento do Estado para 2018, decorrendo paralelamente negociações entre os sindicatos da FCSAP (que o STML integra) e a Secretária de Estado da Administração Pública, é imprescindível não baixar os braços na procura de melhores respostas às nossas reivindicações, nomeadamente

sobre salários, descongelamento de carreiras, entre muitas outras matérias discriminadas em outros artigos deste boletim. Não podemos cair na falaciosa ideia de que a recuperação e conquista de melhores condições de vida, acontecerá apenas por 'obra e graça do senhor' face a um contexto político de facto mais favorável, mas ainda longe de refletir na prática a inversão face à lógica da 'política de austeridade' que o anterior Governo do PSD/CDS-PP impôs.

É por estarmos num contexto político mais positivo, que sabemos e temos a certeza que o actual Governo pode optar por melhores soluções, face às que até agora tem apresentado, ponderando os problemas dos trabalhadores da administração pública que há anos esperam ver repostos direitos e rendimentos, recuperando por esta via muita da sua qualidade de trabalho e de vida.

É por isso determinante que neste momento, em que tudo está ainda em aberto na Assembleia da República, no contexto do Orçamento do Estado de 2018 em particular, que os trabalhadores não tenham dúvidas sobre os caminhos a percorrer, concretamente o da unidade, organização e mobilização!

Para 18 de Novembro está já agendada a próxima etapa deste processo de luta, com a Manifestação nacional convocada pela nossa Central Sindical, a CGTP-IN. Com concentração no Marquês de Pombal a partir das 14h30, trabalhadores do sector privado e do sector público convergirão no que será seguramente um expressivo dia de protesto, exigindo reposição e respeito pelos seus direitos e interesses respectivamente.

Unidos somos mais fortes, mas só quando damos expressão concreta a esta união!



### Os Reformados e o OE 2018

A 13 de Outubro foi entregue na AR a proposta de Orçamento do Estado para 2018. Apesar dos constrangimentos obsessivos impostos pela União Europeia, com os quais o Governo não ousa romper, mas fruto da pressão social e das exigências das forças de esquerda, registam-se alguns avanços significativos relativamente às posições iniciais. Destacamos:

#### Sobre as Pensões

- A partir de 1 de Janeiro, uma actualização automática, indexada ao crescimento do PIB e ao nível da inflação, com subidas acima de 10€ para pensões superiores a 588€;
- Aumento extraordinário até 10€ para as pensões até aos 588€, a partir de Agosto de 2018;
- Para as pensões mínimas, que não haviam sido congeladas, o aumento extraordinário será de 6€.

#### Sobre o IRS

- Redução do IRS para a maioria das famílias, com o desdobração dos 2º e 3º escalões e fim da sobretaxa.
- Há também uma subida do mínimo de existência para 8.980€ anuais – quem tiver rendimentos abaixo desse valor, não paga IRS.

Longe ainda de acolher muitas reivindicações defendidas pela CGTP/IN e Inter-Reformados, é já um ponto de partida para uma discussão no Parlamento. Mas não desvalorizemos a importante intervenção, com as nossas armas de protesto e proposta, no plano institucional e nas ruas, de quem trabalha e de quem passou a vida a trabalhar. Como recentemente salientou Arménio Carlos: “Que ninguém fique à espera que será na Assembleia da República que o OE irá ser discutido e simultaneamente fechado, não! É preciso que os trabalhadores e as populações, que são

parte integrante e directamente relacionada com este OE, participem activamente para que seja um OE que introduza justiça e progresso social.”

Por isso, lá estaremos a 18 de Novembro, na grande Manifestação Nacional, entre o Marquês e os Restauradores, pela exigência do aprofundamento da reposição e conquista de direitos, pelo aumento das pensões e pelo combate às injustiças e desigualdades.

### MURPI

Foi recentemente aprovada na AR, a Lei nº. 81/2017 que alarga a presença, no Conselho Económico e Social, de outras organizações sociais representativas, nomeadamente de reformados. Saudamos o MURPI pela decisão já anunciada de apresentar a sua candidatura a uma outra plataforma de intervenção sobre as políticas públicas. Recordemos que o MURPI é a mais antiga organização de reformados, pensionistas e idosos do nosso país, reivindicando, desde 1991, o estatuto de Parceiro Social. Esta confederação tem já um representante no recém-criado Conselho Geral e de Supervisão da ADSE.

### Visita ao Museu da Marioneta – 25 de Outubro

Rafael guiou-nos, através das 16 salas que espelham a evolução dessa “arte teatral”, desde os bonecos de vara, ao teatro de sombras, às marionetas com fio, às marionetas de água, aos fantoches.

Começámos na Ásia, passámos pela Europa, África, Brasil e México e regressámos a Portugal com destaque para os bonecos de Santo Aleixo e as Marionetas de São Lourenço, terminando com as novas tecnologias no cinema e na TV e as personagens de “A Suspeita”, filme de animação português, de José Miguel Martins, detentor de 23 prémios internacionais.



## Eleições autárquicas: a grande derrota da direita

As eleições autárquicas do passado dia 1 de outubro demonstraram que o povo português não esquece quem tantas malfetorias lhe fez e penalizou fortemente os partidos de direita PSD e CDS. Em Lisboa, Fernando Medina perdeu a maioria absoluta e, agora, embora o executivo tenha tomado posse, qualquer decisão será alvo de um escrutínio mais apurado.

Foi uma noite de derrota para a direita. Apesar do CDS/PP ter vindo a dar vivas pelo “resultado histórico” de Assunção Cristas em Lisboa – conseguido inteiramente a custas do desastre da candidatura do PSD –, o povo português penalizou fortemente a direita no seu conjunto.

Travestindo-se de vencedor – a falta de seriedade não tem limites! –, o CDS chegou ao ridículo de se assumir como “alternativa a esta governação”. O facto é que, no total nacional, o partido de Cristas teve apenas 2,6%, o que é, no mínimo, insuficiente para liderar qualquer tipo de alternativa. Ou seja, perdeu quase 20 mil votos para as câmaras e assembleias municipais e de freguesia, e tem hoje menos seis vereadores, menos 40 membros de assembleias municipais e menos 97 nas freguesias em nome próprio.

Quanto ao PSD, que perdeu 14 câmaras municipais, o desastre é tão profundo, sobretudo em Lisboa e no Porto, que acabou por fazer sangue, com Passos Coelho a anunciar a saída de cena em Janeiro próximo.

No município de Lisboa, e contrariando a ideia de passeio domingueiro de Medina nestas eleições, o PS cantou vitória, mas baixinho. Venceu é certo, mas perdeu a maioria absoluta que António Costa conquistara há quatro anos. Agora, há que dialogar, e resta saber se a política de cosmética do tipo postal

turístico, de alienação desenfreada do património municipal, de desvalorização de recursos técnicos e humanos na autarquia irá continuar e, muito importante, com o apoio de quem.

Porque, se alguns se arrogam de ter retirado a maioria absoluta ao PS em Lisboa, importa saber agora se estarão disponíveis a servir de muleta a um projeto de cidade que tem assentado na estratégia opaca de Manuel Salgado com o total beneplácito do Sr. Presidente da Câmara. É que dizer-se de esquerda é uma coisa, actuar como tal é outra.

Ao retirar a maioria absoluta ao PS, os lisboetas procuram respostas efectivas aos reais, e cada vez mais dramáticos, problemas da cidade, nomeadamente, a gentrificação provocada pelo aumento desenfreado e desregulado do turismo, o direito à habitação, os transportes públicos ou a higiene urbana. Os próximos quatro anos serão decisivos para saber se podemos ter, de novo, o direito global à cidade que as opções políticas do PS subtraíram àqueles que moram e/ou trabalham na capital.

E, tendo em conta que à altura que escrevemos estas linhas, apenas os eleitos do PS para a Câmara têm pelouros, resta saber se se vão aprofundar os problemas ou serem criadas novas vias para a sua resolução.



### **Transferências de instalações na CML: relembrar os compromissos assumidos pela CML!**

Há muito que o STML vem reivindicando à CML, que quando se verificam transferências de serviços para outros edifícios, se assumam uma série de procedimentos que salvaguardem as condições de Saúde e Segurança e envolvam previamente os trabalhadores e os seus representantes.

Nos últimos dois anos, verificaram-se várias transferências de serviços, realizadas sem planeamento e o envolvimento necessários, causando instabilidade e incompreensões no seio dos trabalhadores. Paralelamente, não deixaram também de afectar o próprio serviço prestado aos munícipes. Relembramos as transferências dos serviços dos Complexos Municipais de Alcântara e Boavista para o Edifício do Entrepasto, do Posto do Calhariz para Sete Rios e Telheiras ou do Serviço Municipal de Protecção Civil da Praça de Espanha para o Complexo Municipal da Cruz das Oliveiras. Neste último caso, só a intervenção do STML e dos trabalhadores minimizaram os constrangimentos impostos, sem olhar a meios, pelo então Vereador responsável.

Após tantos episódios, o STML apresentou ao Vereador dos Recursos Humanos e Finanças uma agenda de procedimentos em caso de mudanças de serviços que ficou consensualizada. Nas situações citadas cabe aos RH, através do DSHS, verificar as condições do edifício para onde se pretende efectuar a mudança e coordenar com os diversos serviços da CML que necessariamente devem fazer parte do processo (serviço de origem, DMPO, DSI, UCT-DO, entre outros). Desde o início devem ser fornecidos projectos das instalações, estudos realizados pelo DSHS aos trabalhadores em causa, aos seus RdT's e STML, assim como o planeamento de visitas prévias às futuras instalações.

Estes procedimentos são válidos também para obras que alterem significativamente os actuais locais de trabalho. Ainda recentemente o STML interveio no Departamento de Desporto (DAFD), na Rua Alexandre Herculano, impedindo uma alteração que procurava eliminar algumas paredes. Uma obra da qual ninguém tinha conhecimento, nem a imensa maioria dos trabalhadores, nem o DSHS (!?). Outra situação em que os RdT's (eleitos com o apoio do STML) intervieram foi no posto de atendimento do Edifício do Campo Grande do próprio DSHS, em que se iam proceder a alterações sem garantir as condições mínimas aos respetivos trabalhadores.

Apesar de tudo, não deixaremos de continuar a exigir a aplicação dos procedimentos consensualizados no contexto das futuras instalações do DSHS (em local ainda por definir). Também para a área técnica e administrativa da DMHU, a instalar no Edifício que está a ser construído no espaço sobranceiro às oficinas. Ainda no plano do vestiário/balneário destinado aos cantoneiros da Limpeza Urbana em construção na parte superior do Edifício onde funciona o DEMIEM. Idem aspas para os casos do Arquivo Municipal e da DMC. No primeiro caso pretende-se transferir para o renovado (!?) Edifício do Alto da Eira. Integrado neste leque de alterações, a passagem da Videoteca para o Arquivo do Bairro da Liberdade. Soma-se a própria DMC, que terá de abandonar o Palácio dos Machadinhos (já vendido) para destino ainda incerto.

Por tudo o que aconteceu e por tudo o que ainda se perspectiva, o STML não deixará de exigir à CML o cumprimento pelos compromissos assumidos, objectivando em síntese o respeito pelos trabalhadores, pelos seus direitos e condições de trabalho.

### **Festa de Natal do STML**

Como já é habitual, o STML irá celebrar a Festa de Natal para os seus associados e familiares, consubstanciada por uma ida ao Circo Cardinali durante o mês de Dezembro. No momento em que escrevemos este artigo, decorrem as negociações com as várias Companhias procurando encontrar as melhores respostas. A distribuição dos bilhetes será realizada na Sede do Sindicato, tendo cada associado direito a dois (2) bilhetes, acrescentando os bilhetes para os respectivos filhos (dos 4 aos 14 anos de idade, inclusive) desde que acompanhados com o devido documento identificativo. A informação detalhada relativa às datas e regras para a distribuição dos bilhetes, horários, sessões e localização da Companhia de Circo contratualizada, será comunicada oportunamente a todos os trabalhadores associados do STML. Interessa por isso que estejam atentos à correspondência do Sindicato. Por último, considerando ser esta a última edição deste ano do Boletim 'O Trabalhador do Município de Lisboa', a Direcção do STML deseja a todos os trabalhadores da Câmara Municipal, Juntas de Freguesia e Empresas Municipais, em especial aos nossos associados que justificam e legitimam a existência deste sindicato, umas excelentes Festas, esperando que em 2018 a nossa vida, a vida de todos, se eleve para níveis superiores de satisfação e alegria.